

**DOMINAÇÃO DISCURSIVA E DISCURSIVIDADE DA DOMINAÇÃO**Yuri Bataglia Espósito<sup>1</sup>**RESUMO:**

Explorando articulações entre as teorias sobre a *colonialidade* e as teorias *pós-estruturalistas*, este artigo aborda as relações entre *discurso* e *dominação* política. Partindo de autoras *pós-coloniais* e *decoloniais* como Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Anne McClintock e Jota Mombaça, apresento a noção de *dominação discursiva*: a dominação colonial produz e se aproveita de posições políticas de *autoridade discursiva*, que legitimam sua hegemonia e subalternizam as populações colonizadas. Recupero do pensamento de Michel Foucault a noção de *saber-poder*: as relações de poder estão imbricadas a dispositivos discursivos, compondo uma *discursividade da dominação*. Continuidades com as teorias foucaultianas são investigadas nas teorias de gênero, trazendo o pensamento de Judith Butler, Paul Preciado e Monique Wittig, que discutem a *produção discursiva* do corpo e da sexualidade; e nas teorias sobre a racialidade, com trabalhos de Achille Mbembe e Silvio Almeida, que analisam a diferenciação racialista das populações como *tecnologia discursiva* da dominação colonial. Apreciando a metodologia *interseccional* do feminismo negro a partir do trabalho de Carla Akotirene, considera-se que os diversos *regimes de dominação* política \_ o colonialismo, o capitalismo e as supremacias branca, masculina, heterossexual e cisgênera \_ operam imbricados, produzindo condições de precariedade social e violência para pessoas racializadas, empobrecidas, mulheres e dissidentes sexuais. Concluo que, para promover efeitos sociais de hierarquização e exploração, os diferentes regimes de dominação operam tecnologias discursivas, construindo *códigos biopolíticos* que diferenciam e ordenam os corpos e as subjetividades.

**Palavras-chave:** Colonialidade – Saber-Poder – Discurso – Biopoder.

**ABSTRACT:**

Exploring articulations between theories about *coloniality* and the *poststructuralist* theories, this article addresses the relations between *discourse* and political *domination*. Starting from *postcolonial* and *decolonial* authors like Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Anne McClintock and Jota Mombaça, I present the notion of *discursive domination*: colonial domination produces and takes advantage of *discursive authority* political positions, which legitimize its hegemony and subalternize colonized populations. I recover from Michel Foucault's thought the notion of *power-knowledge*: the power relations are embedded to discursive devices, composing a *domination discursivity*. Continuities with the Foucaultian theories are investigated in the gender theories, bringing the thoughts of Judith Butler, Paul Preciado and Monique Wittig, which discuss the *discursive production* of body and sexuality; and in the theories on raciality, with works by Achille Mbembe and Silvio

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS – UFSCar). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail para contato: [yuriesposito@hotmail.com](mailto:yuriesposito@hotmail.com).

Almeida, which analyze the racist differentiation of populations as a *discursive technology* of the colonial domination. Appreciating the *intersectional* methodology of black feminism from the work of Carla Akotirene, it is considered that the various regimes of political domination \_ colonialism, capitalism, and the white, male, heterosexual and cisgender supremacies \_ operate embedded, producing conditions of social precariousness and violence for racialized and impoverished people, women and sexual dissidents. It is concluded that, to promote social effects of hierarchization and exploitation, the different regimes of domination operate discursive technologies, constructing *biopolitical codes* that differentiate and order the bodies and subjectivities.

**Keywords:** Coloniality – Power-Knowledge – Discourse – Biopower.

#### RESUMEN:

Explorando articulaciones entre las teorías sobre la *colonialidad* y las teorías *post-estructuralistas*, este artículo aborda las relaciones entre *discurso* y *dominación* política. A partir de autoras *postcoloniales* y *decoloniales* como Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Anne McClintock y Jota Mombaça, presento la noción de *dominación discursiva*: la dominación colonial produce y se aprovecha de posiciones políticas de *autoridad discursiva*, que legitiman su hegemonía y subalternizan a las poblaciones colonizadas. Recupero del pensamiento de Michel Foucault la noción de *saber-poder*: las relaciones de poder están imbricadas a dispositivos discursivos, componiendo una *discursividad de la dominación*. Las continuidades con las teorías foucaultianas son investigadas en las teorías de género, trayendo el pensamiento de Judith Butler, Paul Preciado y Monique Wittig, que discuten la *producción discursiva* del cuerpo y de la sexualidad; y en las teorías sobre la racialidad, con trabajos de Achille Mbembe y Silvio Almeida, que analizan la diferenciación racista de las poblaciones como *tecnología discursiva* de la dominación colonial. Apreciando la metodología *interseccional* del feminismo negro a partir del trabajo de Carla Akotirene, se considera que los diversos *regímenes de dominación* política \_ el colonialismo, el capitalismo y las supremacías blanca, masculina, heterosexual y cisgénera \_ operan imbricados, produciendo condiciones de precariedad social y violencia para personas racializadas, empobrecidas, mujeres y disidentes sexuales. Concluyo que, para promover efectos sociales de jerarquización y explotación, los diferentes regímenes de dominación operan tecnologías discursivas, construyendo *códigos biopolíticos* que diferencian y ordenan los cuerpos y las subjetividades.

**Palabras clave:** colonialidad – saber-poder – discurso – biopoder.

#### 1. INTRODUÇÃO: TECNOLOGIAS BIOPOLÍTICAS DISCURSIVAS

Este artigo aborda a existência e o funcionamento de *tecnologias discursivas* que são operacionalizadas pelos programas e *regimes de dominação* social. Essas formulações teóricas são desenvolvidas a partir da articulação de duas correntes do pensamento social: a teoria pós-estruturalista e as teorias sobre a colonialidade.

Assim, a efetividade política e social das *tecnologias discursivas de dominação* é abordada a partir de dois aspectos, que chamo de *dominação discursiva* e *discursividade da dominação*.

Através das teorias pós-coloniais e decoloniais, exploro a noção de *dominação discursiva*, discorrendo sobre a hegemonia colonial nos discursos oficializados, que desautoriza os discursos das populações colonizadas, subalternizando-as. Partindo de trabalhos clássicos de Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak e Anne McClintock, e incorporando o trabalho recente da intelectual e ativista brasileira Jota Mombaça, apresento como os discursos e narrativas da dominação colonial são hegemonizados através da construção política de posições sociais de *autoridade discursiva*. Instituições de saber oficializado, como o pensamento acadêmico europeu e eurocêntrico, produzem legitimidade para suas perspectivas serem operacionalizadas socialmente como verdades neutras, objetivas e naturais.

Recupero alguns conceitos de Michel Foucault, como o de *saber-poder*, que apresenta a imbricação entre as relações de poder e tecnologias discursivas, mostrando que os regimes políticos de hierarquização social e exploração econômica são inseparáveis de formações de saber hegemonizadas, compondo uma *discursividade da dominação*. Assim, Foucault entende que formações discursivas oficializadas e naturalizadas são indispensáveis para o funcionamento do biopoder, diferenciando epistemicamente e organizando socialmente os corpos e as populações.

As teorias foucaultianas são ampliadas a partir de suas continuidades com as teorias sobre o gênero e a racialidade. Abordo as teorias dissidentes sexuais de Monique Wittig, as teorias *queer* de Judith Butler e o transfeminismo de Paul Preciado, que discorrem sobre como os discursos hegemonizados da biologia, da medicina, da psiquiatria e da psicanálise constroem narrativas que constroem os entendimentos sobre os corpos e as subjetividades. Através da noção de racialização de Achille Mbembe e dos estudos sobre o racismo estrutural de Silvio Almeida, apresento como a racialidade também foi construída por formações de saber coloniais, que postulavam a episteme europeia como neutra e superior, e produziam localizações e distinções ontologizantes às populações colonizadas.

Portanto, este artigo apresenta que tanto as teorias sobre o gênero e a sexualidade quanto as teorias sobre a racialidade se valem da noção de uma produtividade discursiva dos regimes políticos de sexualização e racialização, que diferenciam e ordenam as populações. A operação conjunta e os funcionamentos comuns dos diferentes regimes de dominação são abordados a partir da metodologia interseccional do feminismo negro, como trazida por Carla Akotirene. Dessa maneira, apresento que efeitos sociais de precarização de vida e violência são produzidos pelos regimes colonial, racista e sexualista: apesar de operar diferentes códigos ordenadores biopolíticos, a diferenciação social possui certos funcionamentos integrados ou comuns, que prejudicam socialmente as populações colonizadas, as populações racializadas e as populações sexualizadas.

Assim, este artigo busca aproximações interseccionais entre os estudos sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade, incorporando noções pós-estruturalistas. Os efeitos comuns, apesar de diferenciados, dos diversos regimes de dominação imbricados são percebidos através das tecnologias discursivas que os produzem e naturalizam.

## 2. COLONIALIDADE DO SABER E DOMINAÇÃO DISCURSIVA

*O poder opera por ficções, que não são apenas textuais,  
mas estão materialmente engajadas na produção do mundo.*

*As ficções de poder se proliferam junto a seus efeitos,  
numa marcha fúnebre celebrada como  
avanço, progresso ou destino incontornáveis.*

Jota Mombaça (2016, p. 4)

Os pensamentos *pós-colonial* e *decolonial* mostram que a objetificação de alguns grupos sociais é produzida continuamente por dispositivos políticos e discursivos, que se baseiam \_ ao mesmo tempo em que a proporcionam \_ na *autoridade discursiva* de grupos privilegiados, que dificulta a audibilidade dos discursos dos grupos que são subalternizados. Como traz Edward Said,

podemos entender melhor a persistência e a durabilidade de sistemas hegemônicos saturantes como a cultura quando nos damos conta que as suas coações internas sobre escritores e pensadores eram *produtivas*, e não unilateralmente inibidoras (SAID, 1990, p. 26, grifo do autor).

O pensamento de Said proporciona a reflexão sobre os *discursos autorizados*, oficializados e hegemônicos, e sua capacidade de afetar a materialidade, atuar em relações de poder se beneficiando de e, ao mesmo tempo, propiciando suas assimetrias. Os processos epistêmicos científicos de produção de verdade fazem com que perspectivas particulares adquiram o estatuto de descrições objetivas, entendidas como correspondentes à “realidade” ou à “natureza”. Tais formulações textuais não são descrições objetivas ou empíricas, mas, no entanto, afetam as materialidades que objetificam, cujas existências são constrangidas pelos entendimentos normalizados.

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. Isso, menos por uma questão de capacidade mas por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade (ALMEIDA, 2018, p. 54).

O aparato de saber institucionalizado da ciência é operado em consonância com os projetos de poder hegemônicos, através da construção de posições políticas privilegiadas como *autoridades de discurso*. Espaços sociais como as universidades, a administração e controle das instituições de ensino, da indústria cultural, do poder burocrático e do poder legislativo, entre outros, são historicamente ocupados hegemonicamente pelos setores interseccionalmente privilegiados da sociedade, e são operados em função da continuidade desse privilégio. Mitos e narrativas dos grupos privilegiados socialmente são operados enquanto discursos naturalizados, representados como neutros, objetivos e apolíticos. A disciplina da “história” também não deve ser vista como neutra, já que a ação de “narrar a história” é “aparentada com os rituais de poder”: para Foucault, “o discurso do historiador” que tem o estado como sujeito soberano funciona “como uma espécie de cerimônia, falada ou escrita, que deve produzir na realidade uma justificação do poder e, ao mesmo tempo, um fortalecimento desse poder” (FOUCAULT, 2010, p. 56). O discurso histórico que naturaliza os poderes hegemônicos “pacifica a sociedade, justifica o poder, fundamenta a ordem” (p. 61).

A dominação branca, masculina e cis hétero nos espaços de saber toma as “minorias políticas” como objetos de estudo, arrogando-lhes atributos oriundos de preconceitos do observador como se fossem parte da natureza e essência dos grupos observados. Diversos grupos têm o acesso aos espaços de autoridade discursiva

impedido ou dificultado e, assim, até mesmo seus *nomes* são produzidos e disseminados pelos grupos elitizados; suas posições discursivas subalternizadas são tidas como naturais, apesar da histórica e constante produção política de *desautorização do discurso* que é inerente à ciência moderna. Nessa relação assimétrica de *poder-saber*, as pessoas de grupos racializados e sexualizados são objetificadas, são tomadas como objetos de estudo, e sua posição de sujeitas de discurso é socialmente menos reconhecida e valorizada que a das pessoas de grupos interseccionalmente elitizados.

A medicina como formação de saber é um *efeito-instrumento* precioso para as estratégias de saber-poder biopolíticas; ela se coloca como um saber neutro e objetivo, mas foi e é dominada por valores cristãos, colonialistas, supremacistas brancos, masculinistas, heterossexistas e cissupremacistas, que objetificam e patologizam as suas subalternidades correspondentes. Esse saber perspectivo e enviesado tem autoridade política de verdade; mas as nomeações e classificações produzidas pela medicina e pela ciência não são descritivas, são *ordenações semântico-sociais* propostas pelos grupos elitizados. Como aponta Foucault, existe a serviço do biopoder “uma prática médica [...] pronta a correr em socorro da lei e da opinião dominante; mais servil ante as potências da ordem do que dócil às exigências da verdade” (FOUCAULT, 1999, p. 54).

A *dominação discursiva* se articula aos regimes de *dominação interseccional*, produzindo em diversos grupos posições sociais de colonialidade política e epistêmica. No pensamento de Jota Mombaça encontra-se a confluência entre a metodologia teórica da interseccionalidade e a crítica decolonial, atentando para a operação de uma série de regimes políticos que promovem a iniquidade, a subcidadania e a precariedade de vida dos grupos populacionais subalternizados. É preciso salientar que as concepções teóricas sobre a interseccionalidade, a racialidade e a sexualidade vêm ganhando mais espaço nos estudos acadêmicos a partir da incorporação de pautas e lutas, formulações teóricas e metodológicas oriundas da atuação histórica de diversos movimentos sociais emancipatórios (cf. RIOS, 2009; COSTA, 2006), principalmente do movimento negro, do movimento indígena e dos movimentos anti-racistas; do movimento feminista, dos movimentos de lésbicas, gays e bissexuais, movimento trans e demais movimentos anti-machistas e



anti-patriarcais; dos movimentos de pessoas com deficiência, de pessoas gordas; entre outros. Além disso, movimentos políticos de grupos sociais que se encontram na “intersecção” de mais de um “marcador de opressão” trazem contribuições fundamentais à crítica social percebendo a inseparabilidade das opressões, como, especialmente, o movimento feminista negro e o movimento feminista decolonial.

Através dos *dispositivos biopolíticos discursivos* de diferenciação dos corpos e das subjetividades \_ como o racismo, o sexismo \_, reproduzem-se constantemente e historicamente relações práticas e institucionais que favorecem relações políticas de dominação e situações sociais desequitárias. Como propõe Mombaça, é preciso “nomear a norma” (MOMBAÇA, 2016, p. 10), para desfazer o privilegiado “conforto ontológico” da “não-marcação”, devolvendo a interpelação (p. 11): os estudos decoloniais percebem, pela eficácia de suas consequências, a existência de diversos regimes de poder em operação, que se orientam através de “marcadores” como os de raça, classe e gênero: o capitalismo e o classismo; o racismo, a colonialidade, o eurocentrismo e a supremacia branca; a supremacia masculina, o cis-heteropatriarcado, a misoginia e a LGBTfobia, a heterossexualidade compulsória e a cissupremacia; o capacitismo, a gordofobia e a psicofobia; a supremacia cristã, entre outros.

Esses múltiplos e diversos programas de dominação favorecem o mercado, a concentração de renda e a má divisão do trabalho, estando, portanto, as questões interseccionais intimamente ligadas à dominação política e econômica capitalista: é um conjunto de programas de dominação interligados que orienta a organização social hierárquica e exploratória. Essa situação política *multisegmentada* organiza posições diferenciadas em termos de acesso aos direitos civis, sociais e políticos, promovendo condições entre o privilégio e a precariedade. Assim, apesar da legislação burocrática se propor democrática, responsável por assegurar a equidade de direitos, é perceptível na materialidade social a existência de grupos populacionais que acumulam condições de privilégio, por meio da articulação de “marcadores” de branquitude, europeidade, masculinidade, cisgeneridade, heteronormatividade. Tais “marcadores da diferença” se relacionam com outros, também alcançando condições de privilégio pessoas com condições estáveis e privadas de renda, emprego, moradia, educação e saúde; pessoas adeptas da religião hegemônica jurídica e

culturalmente; pessoas magras, pessoas andantes, falantes, ouvintes e videntes, entre outras.

Esse processo de produção das elites interseccionais e de sua hegemonização funciona juntamente com seu complemento, a “marginalização” social ou “opressão” interseccional: os dispositivos e operações desequitários alocam outros grupos, cotidiana e historicamente, em condições sociais de subalternidade, objetificação, pauperidade, precariedade, vulnerabilidade e violência. Assim, através da repetição performativa desses dispositivos de dominação, nas operações institucionais e nas relações de socialidade, é negado ou dificultado o acesso a direitos civis, sociais e políticos a pessoas racializadas, empobrecidas, sexualizadas, pessoas adeptas de religiões de matriz africana e de costumes ameríndios, pessoas com deficiência, entre outras.

Essas condições de precariedade social vêm sendo descritas em diversos estudos \_ uns articulando conjuntamente diversos “marcadores da diferença social”, outros focando em apenas um deles. Tais regimes políticos de dominação operam transnacionalmente e micro politicamente, bem como norteiam programas e ações das esferas de governo jurídico-institucional. Com esse entendimento, é possível perceber a heterossexualidade, por exemplo, como um regime político de classificação e organização das relações sociais, regulando os corpos e controlando as relações entre eles.

Como coloca Anne McClintock, o projeto de conhecimento científico “do Iluminismo coincidia com o projeto imperial”, justamente em sua “vocação de *ordenar* as formas do mundo” (MCCLINTOCK, 2010, p. 61, grifo nosso), imaginando que as classificações produzidas pelo intelecto europeu fossem intrínsecas à natureza. A inextricabilidade do *dispositivo de saber-poder* é apontada também por Edward Said em sua crítica aos discursos que constroem ou reproduzem a categoria de “orientes”. O autor entende a formação discursiva *orientalista* como um “modo de discurso com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais” (SAID, 1990, p. 14). Essa dominação político-discursiva funciona também, mas não apenas, através de órgãos estatais; é uma ampla rede de indústrias culturais e informacionais que faz esse trabalho de *colonização discursiva*, apoiando e sendo apoiada pela colonização institucional.



O orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma *distinção ontológica e epistemológica* feita entre 'o Oriente' e [...] 'o Ocidente'. Desse modo, uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, aceitou a distinção básica entre Oriente e Ocidente como o ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, 'mente', destino e assim por diante (SAID, 1990, p. 14, grifo nosso).

Said ressalta que essa formação discursiva *orientalista* é um conjunto amplo de produção de saber, englobando tanto discursos considerados “artísticos” quanto “científicos”. Cabe salientar uma questão metodológica: a noção de “orientalismo” ou “empresa orientalista” desenvolvida por Said agrupa categoricamente uma extensa e heterogênea gama de discursos e políticas do “ocidente” para com o “oriente”, que o autor analisa com mais detalhe ao longo de sua obra. Said indica que essa tática teórica de *nomear* uma formação de saber-poder complexa é tributária da noção foucaultiana de “episteme”, que apresenta continuidades estratégicas em formações discursivas amplas, apesar de sua heterogeneidade. Isso permite a análise e descrição de grandes formações estratégicas de saber-poder, como o “colonialismo”, o “racismo” e o “sexismo”, ainda que essas estratégias macropolíticas encontrem “suas condições de exercício em microrrelações de poder” (FOUCAULT, 2017, p. 371). Em *Microfísica do poder*, Foucault salienta a heterogeneidade das formações de saber-poder, desestabilizando a separação entre linguagem e organização social, quando apresenta a função metodológica da noção de “dispositivo”:

Por este termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2017, p. 364).

Dessa maneira, quando autores como Foucault ou Said criticam as formações de saber-poder europeias ou coloniais, estão se referindo a uma massa heterogênea de táticas políticas e discursivas, essas últimas, por sua vez, sendo também grandes agrupamentos heterogêneos, que incluem a “enorme massa de escritores” acadêmicos e artísticos exposta por Said, bem como discursos categorizados como ciências biológicas, medicina, psiquiatria, psicologia, tratados médico-legais, morais-patológicos. Assim, categorias abrangentes como “colonialismo”, “pensamento europeu” ou “ciência europeia” podem parecer redutoras e homogeneizantes,

achataando diferenças internas e transformações históricas, pois intencionalmente o são enquanto estratégia teórica, buscando as possibilidades analíticas macropolíticas dessas categorias amplas, proporcionando a descrição de sistemas estratégicos complexos.

Como coloca Said, as narrativas “sobre” o “oriental” veiculadas pelo discurso orientalista não são apoiadas numa materialidade ou essencialidade dos locais e populações que são assim chamados, mas são criadas a partir da mentalidade que as proclamam, majoritariamente na “Europa” ou nos “Estados Unidos”. Aqui se pode questionar a noção de “empíria” que é articulada nos discursos que se propõem científicos: para Said \_ como também analogamente para Djamila Ribeiro ou Mikhail Bakhtin \_, há que se atentar para a localização social da produção de um discurso, analisando suas condições e consequências políticas para além do seu conteúdo propositivo. Esse questionamento pode ser acoplado à crítica foucaultiana do discurso que se propõe apofântico, verificável, de Aristóteles: a natureza, os grupos sociais, não são inerentemente “objetos” de saber (Cf. FOUCAULT, 2014). Recuperando o pensamento sofista, Foucault traz o entendimento que um discurso é uma existência em si, que remete a si mesma, e não tem a capacidade de representar outra coisa fora de si; ou, como abordarei mais adiante, para Butler, todo discurso é *performativo*, e não tem a capacidade de ser constativo, de descrever objetivamente o que toma como objeto apreensível. Não é possível representar objetivamente o mundo; não é possível constatar verdades absolutas e imutáveis na “natureza” ou na “sociedade”.

O trabalho de Said apresenta que os discursos orientalistas \_ assim como poderia se dizer de outros discursos dominantes, como o colonialista, o racista e o sexista \_ alcançam estatuto oficializado, hegemônico, por meio de sistemas de relações de poder, e não por serem representações verdadeiras: narrativas enviesadas adquirem operatividade social de descrição objetiva, entendidas como correspondentes à materialidade objetificada, cuja existência é contaminada por esse entendimento. Assim, o discurso “sobre o oriente”, como qualquer discurso, não tem capacidade de descrever ou definir de maneira neutra, imparcial ou apolítica o que toma como tema; essa “pretensão objetividade suprapolítica” (SAID, 1990, p. 22) é uma ferramenta de poder: a separação e as diferenças entre “oriental” e “ocidental” são produzidas performativamente pelo discurso orientalista. O caráter amplo e

naturalizado que o discurso orientalista alcança faz com que suas proposições sejam *distinções semânticas hegemônicas*, tendo efeito abrangente, afetando a existência e relação de seus referentes. A “representação europeia do Oriente” se torna “um significado comum privilegiado” (SAID, 1990, p. 13), arraigando-se à cultura e se tornando reproduzível com naturalidade para aqueles que são influenciados por esses discursos hegemônicos.

As *distinções semânticas* produzidas discursivamente são entendidas e operacionalizadas como distinções ontológicas, afetando relações materiais, reforçando localizações e distinções sociais. Uma *semantização* \_ significação, ou imputação de significado ao “objeto” de que se fala \_, é construída socialmente, atribuída discursivamente; não há semântica inerente aos corpos, aos órgãos, às práticas: os discursos hegemônicos *produzem* a semântica de cada termo no mesmo processo em que os encaixa nas *sintaxes sociais* \_ a organização de suas combinações, relações e funções. Devido ao caráter inextricável do saber-poder, a *dominação semântica* é fundamental para o biopoder: discursos hegemônicos funcionam como tecnologias a serviço da dominação. Para Said, o orientalismo pode ser analisado como

a instituição organizada para negociar com o Oriente \_ negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 1990, p. 15).

A diferenciação semântica opera epistemicamente, produzindo discursivamente distinções que são tomadas como ontológicas; esse processo de hegemonia discursiva funciona *naturalizando as diferenças sociais*, que são necessárias aos regimes políticos exploratórios. Para Gayatri Spivak, na trilha da noção pós-estruturalista de sujeito-efeito, “o sujeito subalterno é um efeito do discurso dominante” (SPIVAK, 2010, p. 20)<sup>2</sup>. Entendendo que as subjetividades são produzidas pelas relações de poder, pode-se pensar as diferenças e identidades não como essências, fixas, naturais, imutáveis, mas como constructos, em constante produção

---

<sup>2</sup> Cabe salientar que os corpos e populações sobre os quais se aplicam os processos de objetificação não têm toda a sua existência reduzida a um caráter de “objeto”, plenamente objetificado: os discursos dominantes hegemônicos possuem uma gama de efeitos sobre a organização social, pretendendo objetificar os corpos, mas esse efeito nunca é totalitário. Sobre a incapacidade de totalizar seus efeitos de uma máquina de dominação discursiva, cf. BUTLER, 1997.

discursiva; são *localizações contingentes*, precárias e instáveis, em contínua atualização e transformação. A formação discursiva colonialista, produzindo fixidez à fantasia objetificante que constrói, compõe uma violência que é a *dominação semântica*, que tem a capacidade de produzir politicamente o significado de seus temas. Mas essa “estrutura de dominação cultural” (SAID, 1990, p. 36) \_ ou *dominação discursiva* \_, propiciada pelo colonialismo, opera não apenas uma *hegemonia discursiva*, uma dominação que se estende sobre os discursos; ela revela uma *discursividade da dominação*: toda dominação política, econômica, militar tem um aspecto discursivo, está atrelada a instrumentalidades e funcionamentos discursivos.

Outro ponto importante trazido por Said é que a ideia de “oriente” é operada enquanto um conjunto de “imagens do Outro”, sendo fundamental para “definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste” (pp. 13-14): a diferença possibilita a identidade. Como coloca Dipesh Chakrabarty, a “Europa” não é “senão uma obra de ficção que o colonizador contou aos colonizados no processo de fabricação da dominação colonial” (CHAKRABARTY, 2000, p. 9). A imagem da Europa, junto com a “ficção legal burguesa da cidadania” (p. 10) e o ideário evolucionista-historicista do progresso, eram impostas doutrinariamente às populações colonizadas, ao mesmo tempo em que atingir essa condição lhes era negado. Lembrando Spivak, a própria noção de “sujeito” tem “determinação geopolítica” (SPIVAK, 2010, p. 21): junto à dominação política-discursiva, havia um interesse “em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como sujeito” (p. 20), e os “outros” povos apenas como objetos, cuja voz não é ouvida, como se nem tivessem voz.

Na obra de Achille Mbembe também se faz presente esse aspecto de *dominação discursiva* do colonialismo europeu, salientando que “o projeto moderno de conhecimento” é também um projeto de governo (MBEMBE, 2018, p. 12):

No decorrer do período atlântico [...], esta pequena província do planeta que é a Europa se instalou progressivamente numa posição de comando sobre o resto do mundo. Paralelamente, ao longo do século XVIII, entraram em cena vários *discursos de verdade* acerca da natureza, da especificidade e das formas de vida, das qualidades, traços e características dos seres humanos, de populações inteiras *diferenciadas* em termos de espécies, gêneros ou raças, *classificados* ao longo de uma linha vertical (MBEMBE, 2018, pp. 39-40, grifo nosso).

Paul Preciado também aborda a colonialidade do saber europeu moderno no artigo *O feminismo não é um humanismo*, expondo que as ficções institucionais liberais são formações discursivas que mascaram regimes de dominação:

Liberdade, igualdade, fraternidade. O animalismo revela as raízes *coloniais e patriarcais* dos princípios universais do *humanismo europeu*. O regime da escravidão, e depois o regime de trabalho assalariado aparece como o fundamento da liberdade dos 'homens modernos'; a expropriação e a *segmentação da vida* e do conhecimento como o reverso da igualdade; a guerra, a concorrência e a rivalidade como operadores da fraternidade. O Renascimento, o Iluminismo, o milagre da revolução industrial repousam, portanto, sobre a redução de escravos e mulheres à condição de animais e sobre a redução dos três (escravos, mulheres e animais) à condição de máquinas (PRECIADO, 2014c, grifo nosso).

Seguindo Foucault, que neste ponto reformulava noções nietzschianas, é preciso desnaturalizar o *saber* e a *vontade de saber*, reconhecendo a impossibilidade de elas serem apolíticas: deve-se, justamente, “constituir a ‘economia política’ de uma vontade de saber”, percebendo “estratégias de poder imanes” a ela (FOUCAULT, 1999, p. 71). Se uma formação de saber é sempre permeada por relações de poder, é preciso fazer estudos genealógicos para explicitar quais são as *condições* políticas que permitem sua existência, e quais são os *efeitos* de poder que ela proporciona.

### 3. DISCURSIVIDADE DA DOMINAÇÃO, COLONIZAÇÃO SEMÂNTICA

*O corpo só ganha significado no discurso  
no contexto das relações de poder.*

Judith Butler (2017, p. 162)

A crítica decolonial percebe efeitos de *colonialidade* para além do estatuto legal-burocrático da colonização (cf. MBEMBE, 2018; MOMBAÇA, 2016). Esse princípio está em consonância com a *microfísica do poder* de Foucault, que traz um arcabouço historiográfico sobre a guerra para entender as situações de dominação política. Desde o início das dominações de tipo moderno, assim como historicamente em outras organizações de dominação, as críticas sociais que partem dos grupos populacionais precarizados construíam um tipo de discurso *histórico-político* que denunciava os efeitos de dominação dos poderes hegemônicos e dos discursos oficializados, atentando para outros aspectos para além daqueles reconhecidos estatutariamente como *políticos*. A função desta história-política contra-hegemônica

não é apenas criticar os poderes hegemonizados, mas atacá-los, funcionar como arma de luta; ela procura “mostrar que as leis enganam, que os reis mascaram, que o poder ilude e que os historiadores mentem. [...] Trata-se de reivindicar direitos ignorados, ou seja, declarar guerra declarando direitos” (FOUCAULT, 2010, p. 61).

Considerando que os programas de dominação operacionalizam instituições e mesmo os discursos tomados como verdadeiros, há que se desconfiar da própria noção de “política”. A distinção entre o que é ou não “política” é disputada politicamente, o que mostra a importância de demarcações semânticas e epistêmicas nas lutas sociais. Para Foucault, o poder produz e conduz “efeitos de verdade” (p. 21): “a verdade é um *mais de força*” (p. 45, grifo nosso). Foi um tema clássico feminista atacar a distinção entre “público” e “privado”; ela serve para naturalizar a conformação política de espaços sociais como a família burguesa heterossexual, que, por certa crítica feminista *micropolítica*, pode ser entendida como célula econômica de extração de uma *mais-valia de gênero* (cf. PRECIADO, 2008, p. 105). A relação de exploração trabalhista também já foi historicamente considerada como algo privado, que não precisaria nem deveria ser alvo de interferência pública ou estatal, dispositivo jurídico-semântico de dominação que se repete atualmente nos projetos necroliberais de “austeridade”, que procuram renovar a subalternidade das trabalhadoras e favorecer o patronato e as supremacias interseccionais em operação.

A genealogia do discurso traz ferramentas para perceber o *aspecto discursivo dos programas de dominação política* que operacionalizam ordenações baseadas na “raça” e no “sexo”. Na *História da sexualidade I*, encontra-se um inventário dos dispositivos de poder modernos “em torno e a propósito do sexo”, que, a partir do século XVII, passaram por uma “explosão discursiva” (FOUCAULT, 1999, p. 21), desenvolvendo uma ampla e variada *tecnologia de subjetivação sexualizante*. Em sua pesquisa genealógica, Foucault percebe que a prática clínica médica operacionaliza tecnologias que se desenvolveram a partir do sacramento cristão da confissão; ampliada durante a Contra-Reforma católica, a confissão impunha “regras meticulosas de exame de si” (p. 23), e a tarefa de “dizer a si mesmo”, “fazer de seu desejo [...] um discurso” (p. 24).

Mas não se deve considerar que essa incitação do discurso “sobre” “o sexo” tem a capacidade de “colher” a verdade “como uma espécie de dado da natureza” (p.

100); ela *produz* a verdade: as formações discursivas que se dirigem ao “sexo” não são instrumentos de “conhecimento” neutro desenvolvidos para descrever um caráter ou uma função natural da vida, mas um conjunto de saberes que *produz performativamente* “o sexo” como territorialidade ontológica, como se fosse uma existência específica e localizável, prévia ao discurso. A “conduta sexual da população é tomada” não apenas como “objeto de análise”, mas principalmente como “alvo de intervenção” (p. 29). Assim, Foucault mostra que a *sexualidade* não se refere apenas ao que se entende como “atos sexuais”, ou “órgãos sexuais”, mas é um regime de produção que delimita e utiliza esses caracteres como *suporte* para englobar biopoliticamente todo o corpo e a subjetividade: enquanto a pastoral católica produzia a *carne* e a *alma*, a biopolítica moderna que se desenvolve após a reforma protestante produz o *corpo* e a *subjetividade* (cf. p. 22).

Já em *As palavras e as coisas*, Foucault percebia a contingência histórica e política de categorias discursivas “sociais” ou “biológicas” que são tomadas como fatos naturais, o que lhes dá um aspecto de sempre terem existido: até mesmo “o *homem* é somente uma invenção recente, uma figura que não tem nem dois séculos” (FOUCAULT, 1972, p. 9, tradução e grifo nossos). Essa noção também é importante para o estudo genealógico da racialidade, pois a construção filosófica moderna do “homem” deixava de fora as pessoas de grupos racializados, bem como as pessoas que eram sexualizadas, como a “mulher”. Silvio Almeida fala diretamente:

Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o *homem* foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia como parece. É um dos produtos mais bem acabados da história moderna e que exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica. [...] O século XVIII e o projeto iluminista de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tem o *homem como seu principal objeto* (ALMEIDA, 2018, p. 20, grifo do autor).

Como traz Almeida, o pensamento iluminista constitui o “homem” como “objeto do conhecimento”, desenvolvendo ferramentas epistêmicas de *comparação* e *classificação* (cf. p. 20) dos corpos e das populações. Para o autor, a formação discursiva iluminista foi fundamental para a instalação na Europa da dominação humanista-capitalista, através de operadores epistêmicos naturalizantes das técnicas de exploração que se implantavam, como “razão” e “civilização”. Para Almeida, é a partir do pensamento humanista-iluminista que a dominação social chamada



“civilização ocidental” se expande para outros continentes, promovendo “um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou de *colonialismo*” (p. 21, grifo do autor).

Apesar de o discurso iluminista defender a universalidade da razão, diversos dispositivos discursivos e políticos foram se desenvolvendo no sentido de *segmentar a humanidade*. Na Europa, a *divisão de classe* se intensificava, com a reorganização social moderna recodificando a hierarquia feudal desde a apropriação privada das terras coletivas, processo de expropriação que a mentalidade iluminista depois codificou como “acumulação primitiva de capital”, como denunciou Marx<sup>3</sup>. Entendia-se que a razão era universal, mas que, no entanto, nem todos podiam alcançá-la; essa aparente contradição foi essencial para concatenar o discurso iluminista que se propunha igualitário com as divisões sociais que se aprofundavam: outros povos, e também boa parte da população europeia, cujos corpos eram transformados de lavradores em operários<sup>4</sup>, eram considerados pelo humanismo europeu como incapazes de atingir, pelo menos totalmente, o estatuto de humanidade. A *segmentação racialista* que se imputava à humanidade para explorar e violentar outros continentes produzia também subalternidade e condições de vida sub-humanas a certos grupos populacionais nas metrópoles; a divisão racializada proliferava através de vários “marcadores”, o que mais tarde iria culminar no *racismo biológico* e na *teoria da degenerescência*.

Com a Revolução Haitiana tornou-se evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. [...] Ora, é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e do legado iluminista, o ciclo de morte e destruição do colonialismo e na escravidão possam operar simultaneamente como os fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a *classificação dos seres humanos* serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das *tecnologias do colonialismo* europeu para a destruição de povos nas Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2018, p. 22, grifo nosso).

Assim, percebe-se que, além do processo de fabricação dos sujeitos sexuais descrito por Foucault, a modernidade também operava a “fabricação dos sujeitos

---

<sup>3</sup> Cf. como o autor critica e debocha dessa categoria iluminista-liberal em “A assim chamada acumulação primitiva”, in: MARX, 1996, p. 339 et seq..

<sup>4</sup> Cf. como esse ponto da teoria foucaultiana dialoga com o pensamento marxiano em “Os corpos dóceis”, in: FOUCAULT, 1987, p. 162 et seq..

raciais” (MBEMBE, 2018, p. 47). Como coloca Achille Mbembe em *Crítica da razão negra*, “a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma *ficção útil*, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica” (p. 28, grifo nosso). O pensamento iluminista produzia “mitos destinados a fundamentar” a dominação política europeia ao redor do mundo, e um dos principais desses operadores epistêmicos de guerra foi o *mito da superioridade racial*, que considerava a Europa e as populações brancas “o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade” (p. 29).

Esse procedimento mitológico da dominação colonial funcionava como uma *expropriação epistêmica*, que se baseava na e aprofundava a distinção ontológica que a Europa construía entre si e “os outros” povos. Esse processo político-discursivo produz *ontologização* \_ supondo que cada povo tem naturalmente sua própria *ontologia*, ou seu modo próprio de *ser*, quando essas separações e diferenças são produzidas performativa e historicamente. Essa secção ontológica colonialista é inerente à ideia de humanidade, e propaga uma narrativa que postula a Europa \_ e a era “moderna” \_ como local de nascimento de um conjunto de processos epistêmicos e políticos como “civilização”, “progresso”, “desenvolvimento”, “direitos civis”, “ciência”, e mesmo “razão”, “história” e “cultura”. Porém, isso não passa de falseamento e apagamento histórico, que invisibiliza toda a história milenar de diversos povos, toda a produção intelectual e as tecnologias políticas que provinham de outros continentes. Além de ter proclamado inventar coisas que já existiam, essa mitologia eurocêntrica moderna também escondia que as formações de saber circulam, não estando estanques às imaginadas fronteiras políticas que separam “o ocidente” do “oriente” ou da “África”.

Assim, também se desenvolveu política-discursivamente o *racismo epistêmico*, que produz desvalorização e apagamento da produção intelectual e tecnológica das populações racializadas. Esse processo é promovido por dispositivos de saber-poder, que articulam a dominação discursiva à dominação colonial. Dessa maneira, percebe-se que o racismo \_ assim como o sexismo \_ funciona como princípio ordenador das relações de poder em diversos campos sociais, passando pelas instituições políticas e também pelos dispositivos de saber. O racismo e o sexismo \_ e, portanto, a “raça” e o “sexo” \_ devem ser pensados como produções tecnológicas, que fazem parte do

“funcionamento das instituições”, conferindo “desvantagens e privilégios” (ALMEIDA, 2018, p. 29) políticos e discursivos aos grupos populacionais diferenciadamente. As formações de saber-poder são instrumentalizadas e institucionalizadas pelos programas de dominação interseccional, contribuindo para o acúmulo de benefícios e privilégios para os homens brancos cis heteros ricos e para o acúmulo de precarização e objetificação para as pessoas racializadas, bem como para as mulheres, as dissidentes sexuais e as camadas trabalhadoras da população branca.

Como sintetiza Silvio Almeida,

é no interior das regras institucionais que os indivíduos tornam-se *sujeitos*, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências (ALMEIDA, 2018, p. 30).

A valorização de certos saberes enquanto “científicos” é parte fundamental do processo de dominação, pois os discursos oficializados facilitam e mesmo promovem as conformações sociais exploratórias. É preciso atentar que operações discursivas institucionalizadas produzem e legitimam a organização social e os próprios termos dessa organização, cujos nomes e atributos são produtos da dominação discursiva; assim, a *hegemonia discursiva* é uma ferramenta necessária para o biopoder, para o capitalismo e para os regimes interseccionais de dominação.

#### 4. JUDITH BUTLER E A PERFORMATIVIDADE DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS

*A linguagem é investida do poder  
de criar “o socialmente real”  
Judith Butler (2017, p. 200)*

Marcel Mauss falava em 1931 de *segmentações sociais*, percebendo que as sociedades são *multisegmentadas*<sup>5</sup> por diferentes categorizações, como “o grupo local” ou clã, a “divisão por sexos”, a “divisão por idades” (MAUSS, 1972, p. 15, tradução nossa). Essa percepção concatenava diferentes questões, complexificando o debate antro/sociológico de sua época, que focava mais na divisão por clãs ou no

---

<sup>5</sup> Tradução nossa para *polisegmentarias*, a partir de coletânea castelhana da obra de Mauss.

parentesco. Naquela época, a formação de saber-poder “ciência europeia” alocava *totalitariamente* nas posições de autoridade discursiva apenas homens brancos \_ *supostamente heterossexuais e cisgênero* \_, condição que só nas últimas décadas vem se afrouxando no “mundo ocidental” \_ para uma *hegemonia*. Assim, sua formulação tinha certo “ineditismo” na academia, mesmo 80 anos após o discurso *Ain’t I a woman?* de Sojourner Truth, que já trabalhava a multiplicidade e o imbricamento de diferentes códigos ordenadores sociais (cf. AKOTIRENE, 2018, pp. 20-21, 24) \_ ineditismo construído politicamente, exemplo eloquente da *subalternização* e do *epistemicídio* que afeta a população negra, as mulheres e, especialmente, as mulheres negras.

Nas obras de Michel Foucault e Judith Butler, a crítica às estratégias do saber-poder mostram o imbricamento entre os discursos hegemonizados e a materialidade social exploratória. Assim, proponho o entendimento de uma *segmentação semântico-social*<sup>6</sup>, considerando que *as desigualdades sociais são interdependentes dos discursos diferenciadores*. Não quero subestimar os aparatos teóricos economicistas e institucionalistas que analisam as relações sociais por vieses ortodoxos, que separam e hierarquizam “materialidade” de “discurso”; mas apontar sua insuficiência política quando naturalizam a importância social dada às relações econômicas como estruturalidade axiomática. Como coloca Foucault, a consideração marxiana do trabalho como essência do “homem” não passa de um operador epistêmico de axiomatização, semelhante à naturalização aristotélica do saber (cf. FOUCAULT, 2014, p. 3 et seq., especialmente p. 7) \_ é preciso atentar que a dominação econômica capitalista *naturaliza* seu modo de produção exploratório, sua organização social hierárquica e desigualitária.

É preciso reconhecer como os discursos naturalizados afetam a materialidade social, ou, dizendo de outra maneira, que os discursos têm sua própria existência material, pois funcionam como *agências* no campo social. Essa questão pode ser explorada através da teoria da *performatividade do discurso* desenvolvida por Judith Butler, que percebe como a linguagem limita a apreensão do social e dos corpos imersos na socialidade.

---

<sup>6</sup> Recupero a ideia de “segmentação” de Mauss a partir de “Micropolítica e segmentaridade”, in: DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 76 et seq..

*A linguagem sustenta o corpo, não por trazê-lo à existência [...]; mais propriamente, é por ser interpelada nos termos da linguagem que certa existência social do corpo torna-se possível [...], torna-se acessível pela ocasião de uma abordagem, um chamado, uma interpelação que não “descobre” esse corpo, mas fundamentalmente o constitui (BUTLER, 1997, p. 5, tradução e grifo nossos).*

Para Butler, os sujeitos “operam dentro de um campo linguístico de constrictões possibilitantes”<sup>7</sup> (p. 15); os *entendimentos hegemônicos* constroem as *existências sociais*. Mas essa constrição não é homogênea, é socialmente distribuída pelos *discursos diferenciadores* como o racismo, o colonialismo e o sexismo. Os temas do “gênero” são operacionalizados pela autora percebendo que a divisão sexual binária entre “mulher” e “homem” não é natural, e que a *codificação biológica* dessas categorias encobre ou “fetichiza”<sup>8</sup> seu processo de produção político-discursiva. Em *Problemas de gênero*, vê-se que a “naturalidade” dessas categorias é “constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas”. Na trilha da genealogia foucaultiana, a autora expõe que categorias como “sexo, gênero e desejo” são “efeitos de uma formação específica de poder” (BUTLER, 2017, p. 9); as formações discursivo-políticas da medicina e das ciências psi operacionalizam essas categorias como se fossem “origem e causa” da identidade, quando são “efeitos de instituições, práticas e discursos” (p. 10).

Para Foucault, o corpo não é ‘sexuado’ em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma ‘ideia’ de sexo natural ou essencial. O corpo só *ganha significado* no discurso no contexto das relações de poder. [...] Foucault compreende que a sexualidade produz o ‘sexo’ como um conceito artificial que efetivamente amplia e *mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese* (BUTLER, 2017, p. 162, grifo nosso).

Assim, a *genealogia da sexualidade* “trata o ‘sexo’ como *efeito* e não como origem” (p. 166). A diferença sexual e as categorizações que ela produz são construídas politicamente e são operacionalizadas como se fossem “aspectos necessários da identidade corporal” (p. 168), e isso porque funcionam como *efeito-instrumento* do biopoder. A *sexuação* \_ divisão em sexos \_ binária imposta aos corpos é considerada natural e necessária pois proporciona efeitos políticos: ela é necessária

<sup>7</sup> Tradução nossa; no original, “*enabling constraints*”. Sobre essa noção, cf. pp. 2, 16.

<sup>8</sup> “Fetichizar” no sentido marxiano de *apagamento dos traços de produção*, a partir da noção de “fetichização da mercadoria”.

para a divisão social dos indivíduos e das populações, a produção de segmentos distintos que são colocados em relação de poder; a identificação possibilita a diferenciação e a desigualdade.

Paul Preciado aproveita as formulações de Butler e Foucault, solidificando algumas noções e levando-as a outros lugares. A partir dos entendimentos desenvolvidos na *História da sexualidade I*, Preciado percebe que esse deslocamento “da história natural” para a “história (artificial) da produção” que Foucault aplica sobre a sexuação dos corpos também pode ser aplicado para as relações sexuais e de reprodução (PRECIADO, 2014a, p. 98). Recolhendo outras fontes teóricas das *dissidências sexuais*, principalmente autoras do lesbianismo radical dos anos 1980, como Monique Wittig e Adrienne Rich, Preciado opera uma intensificação de princípios que aprofunda a proposta foucaultiana de desnaturalização da sexualidade.

O autor confronta a teoria foucaultiana de que *a sexualidade é um dispositivo de subjetivação* com a acepção da medicina patológica do século XIX de que *sexualidade é a regularidade do comportamento sexual*, aquilo que classificam em categorias como “homossexual” e “heterossexual”. Para as teóricas da dissidência sexual, o comportamento sexual é condicionado por fatores sociais, e não “naturais”, já que mesmo o que se entende por corpo é socialmente regulado: assim, *a heterossexualidade é um regime político*. Como coloca Preciado, “todos os animais humanos procriam de maneira *politicamente assistida*, a reprodução supõe sempre a coletivização ou posta em comum do material genético de um corpo através de uma *prática social* mais ou menos *regulada*” (PRECIADO, 2014b, tradução e grifo nossos).

Tanto o “desejo sexual” hétero quanto o entendimento de que *a reprodução é sempre heterossexual* são noções que são produzidas politicamente pelo saber médico: não são “descrições da natureza”, mas *regulações biopolíticas* do comportamento dos corpos e das populações. Esse dispositivo naturalista e essencializante procura *fixar a sexualidade* dos corpos para melhor classificá-los e organizá-los socialmente, criando o entendimento de que existem “orientações sexuais”; assim, a sexualidade funciona também como um *fixador da identidade*, já que ela é tida como origem do comportamento e do corpo da pessoa.

Preciado também propõe uma intensificação da teoria de Butler entendendo que “A interpelação não é só *performativa*. Seus efeitos são *prostéticos*: faz corpo”

(PRECIADO, 2014a, p. 130, grifo nosso): o autor amplia a formulação de que a “realidade” social é linguisticamente produzida, percebendo que, nesse processo linguístico, efeitos de fixidez material são produzidos. Essa formulação é engendrada por Butler e Preciado a partir do pensamento de Monique Wittig, que proclama que a “mulher” é uma identidade construída politicamente, forjada no regime heterossexual: como coloca Butler, para Wittig a mulher “só existe como termo que estabiliza e consolida a relação binária e de oposição ao homem” (BUTLER, 2017, p. 196). Butler percebe em Wittig um aprofundamento do entendimento genealógico foucaultiano, que é acoplado a certos elementos de sua crítica literária: “Wittig compreende que categorias discursivas como ‘sexo’ são abstrações impostas à força ao campo social” (p. 198); ela “considera que o ‘sexo’ é *discursivamente produzido* e difundido por um *sistema de significações* opressivo para as mulheres, os gays e as lésbicas” (p. 197, grifo nosso). Nas palavras de Wittig:

O sexo é tomado como um ‘dado imediato’, um ‘dado sensível’ ou ‘características físicas’ pertencentes à ordem natural. Mas o que acreditamos ser uma percepção física e direta é só uma construção mítica e sofisticada, uma ‘forma imaginária’ que reinterpreta as características físicas (em si mesmas tão neutras como outras, mas marcadas por um sistema social) *por meio da rede de relações em que são percebidas* (WITTIG apud BUTLER, 2017, p. 198, grifo nosso).

Assim, Wittig entende que a “mulher” não é um dado biológico da natureza, mas um *significado* que é um produto político das relações de poder e dominação do regime político heterossexual; por isso, ela proclama: *a lésbica não é uma mulher* (cf. BUTLER, 2017, p. 196). Preciado esmiúça a questão: a lésbica não é uma mulher “nem econômica, nem política, nem ideologicamente” (WITTIG apud PRECIADO, 2014a, p. 9). Aqui se pode ver um rastro do método *micropolítico* de interpretação das condições de dominação: a “mulher” não é entendida por uma pretensa essência, mas como *termo* operante nos sistemas políticos e econômicos que lhe dão a *condição* social e discursiva de mulher. Em Wittig já se desenvolvia o entendimento da operância da linguagem como formadora da “realidade” social, que se vê esmiuçar em Butler; eu diria que os corpos são *semantizados* para funcionarem como “termos operantes” em *sintaxes sociais* produzidas pelos programas de dominação. Como conclui Butler, a partir do pensamento de Wittig,

A linguagem é investida do poder de criar ‘o socialmente real’ por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes. [...] Para ela, a linguagem é um conjunto



de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como 'fatos'. Considerada coletivamente, a prática repetida de nomear a diferença sexual criou essa aparência de divisão natural. A 'nomeação' do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato *performativo* institucionalizado que cria e legisla a realidade social (BUTLER, 2017, p. 200).

Em *Mil platôs* também há um conceito que entende a produção da identidade como efeito dos regimes de dominação; é a *rostidade*: “determinados agenciamentos de poder têm necessidade de produção de rosto” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 38).

*São agenciamentos de poder bastante particulares que impõem a significância e a subjetivação como sua forma de expressão [...]: não há significância sem um agenciamento despótico, não há subjetivação sem um agenciamento autoritário, não há mixagem dos dois sem agenciamentos de poder que agem precisamente por significantes, e se exercem sobre almas ou sujeitos (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 44).*

Os programas colonialistas e demais regimes de dominação têm a necessidade de produzir as sexualizações, as racializações, enquanto *generificações*, processos de nomeação e classificação dos corpos e das populações, produzindo seus “significados” sociais. Isso constrói fixidez e essencialização às “identidades”, o que possibilita que os corpos sejam codificados, reduzidos a “marcadores identitários”, e assim possam ser operados através dos dispositivos de *diferenciação semântica* para produzir a *segmentação social*. Dessa maneira, processos de *rostificação* ou *identificação* como os de sexualização e racialização são componentes centrais para os programas de dominação operarem suas economias sociais diferenciadoras e desequitárias.

Inumanidade do rosto. O rosto jamais supõe um significante ou um sujeito prévios. A ordem é completamente diferente: agenciamento concreto de poder despótico e autoritário → desencadeamento da máquina abstrata de rostidade [...]. É por isso que não cessamos de considerar dois problemas [...]: a relação do rosto com a máquina abstrata que o produz; a relação do rosto com os agenciamentos de poder que necessitam dessa produção social (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 45).

Portanto, através das teorias pós-estruturalistas, considero as subjetividades-corpo, as identidades, como produtos sociais, analisáveis em dois aspectos: em sua produção pelos discursos hegemônicos, e em sua operatividade nas organizações sociais hierárquicas e exploratórias.

Por fim, é preciso fazer algumas ressalvas metodológicas a partir do pensamento butleriano sobre o funcionamento dos dispositivos político-discursivos de dominação, bem como sobre as teorias que os abordam. Os discursos hegemônicos e heterogêneos que compõem os dispositivos da sexualidade, da racialidade ou da colonialidade produzem performativamente as categorizações que nomeiam os grupos populacionais sexualizados, racializados e colonizados. Para Butler (1997), um discurso não tem a capacidade de ser constativo, ou seja, constatar e enunciar uma verdade objetiva inerente à realidade; os discursos são sempre performativos, pois são os próprios atos enunciativos, em repetição, que produzem as territorializações categóricas que a linguagem opera para “descrever” o mundo. As formações de saber-poder hegemônicas sancionam os discursos normalizados sobre a sociedade, conduzindo o entendimento sobre os grupos sociais que são objetos desses discursos, como mostra Said quando diz que o dispositivo orientalista constrói a imagem do que seria o “oriental”; ou Wittig e Foucault quando falam da construção médico-moral da subjetividade-corpo da “mulher” e do “homossexual”; ou ainda Mbembe quando fala da produção biopolítica-colonial do “negro”.

Assim, deve-se considerar o caráter eminentemente político \_ e, portanto, arbitrário, histórico, instável e não objetivo \_ da nomeação de categoriais sociais. A nomeação procura produzir fixidez às posições sociais; assim, é indispensável às dominações políticas o dispositivo discursivo de nomeação e descrição dos grupos populacionais dominados, para sua organização social biopolítica. No entanto, é preciso aplicar esse entendimento também na situação política inversa: quando saberes críticos e contra-hegemônicos denunciam os regimes de dominação (“colonialismo”, “supremacia masculina”, etc.), bem como os grupos populacionais beneficiários da ordenação social desigualitária (“brancos”, “cisgêneros”, etc.), é também uma tática discursiva performativa que opera.

Esse procedimento político-discursivo de “nomear a norma” defendido por Jota Mombaça, como citado anteriormente, pretende desfazer o conforto ontológico da não-nomeação que invisibiliza nos discursos hegemônicos tanto as estratégias de dominação quanto as posições sociais privilegiadas, naturalizando-as. Assim, o ato de nomear os regimes de dominação e os grupos privilegiados é uma operação política-discursiva, inversa à nomeação hegemônica dos grupos precarizados.

Inversa, mas não simétrica: os discursos hegemônicos estão atrelados a amplos regimes de dominação, normalizados e institucionalizados, que distribuem a desigualdade social através de estratégias macropolíticas que orientam táticas micropolíticas; já a nomeação crítica dos regimes de dominação parte de saberes subalternizados historicamente, de grupos populacionais precarizados epistemicamente, procurando construir discursos que descrevem, analisam e atuam contra a desigualdade social e epistêmica.

Operar essa nomeação dos grupos sociais *privilegiados ou beneficiados* pela ordenação social interseccionalmente hierarquizada não pretende tomá-los como essenciais, estáveis ou prévios a esta organização, mas dar um pouco mais de territorialidade discursiva aos grupos que, construídos pelos discursos hegemônicos como “normais” ou “neutros”, acabam tendo uma localização social pouco marcada ou invisibilizada, enquanto os grupos precarizados são sobre-marcados. Esse esquadramento teórico das subjetividades-corpo normativas pode promover certas linhas teóricas a serem exploradas, proporcionando a análise de quais são as máquinas sociais que promovem os códigos hierarquizantes, e quais são os grupos populacionais que se beneficiam dessas ordenações sociais desiguais, já que os estudos sobre as opressões costumam focar apenas nos grupos populacionais precarizados por esses códigos hierarquizantes.

Dessa maneira, a tática política-discursiva de “nomear a norma” tem a pertinência estratégica de possibilitar uma territorialização categórica dos regimes de ordenação social interseccionados, com fins de uma análise teórica atrelada à movimentação política emancipatória \_ assim como os saberes hegemônicos também não escapam à sua localização e funcionalidade política. Há certos limites analíticos impostos por essa “essencialização estratégica” discursiva de falar sobre “as categorias privilegiadas”, ao se compor uma descrição social que privilegia efeitos sociais sistêmicos dos regimes de dominação, tirando certo destaque, momentaneamente, das microrrelações de poder que os materializam; portanto, deve-se salientar a inextricabilidade entre regimes de poder amplos e manifestações locais.

Além disso, o pensamento butleriano permite perceber outros limites dessa estratégia de territorialização das subjetividades normativas: os discursos da dominação não são exatamente sobrepostos aos grupos privilegiados, uma vez que

são reproduzidos também entre os grupos precarizados. Por outro lado, os discursos hegemônicos não têm a capacidade de afetarem totalitariamente a organização social, pois correm sempre o risco de não se efetivarem localmente, de terem suas reiteraões *subvertidas*. Outro ponto importante trazido por Butler (1997) é que os discursos hegemônicos e precarizantes não são necessariamente reproduzidos em termos explícitos, voluntários, conscientes ou interessados. A autora ressalta que uma pessoa que enuncia um discurso de ódio não é a origem de tal discurso, visto que as agências sociais são mediadas pelas institucionalizações e iterações da linguagem. Desconsiderando uma noção individualista de “culpa”, Butler propõe uma noção de responsabilidade: mesmo que as categorias populacionais privilegiadas também sejam produzidas performativamente pelas formações discursivas e sociais hierarquizantes, seria possível e necessário fomentar o reconhecimento da *responsabilidade* das pessoas e grupos que são beneficiados pela operação dos regimes de dominação interseccionados, ressaltando sua corresponsabilidade na manutenção da desigualdade.

Reconhecendo certos limites analíticos e a incompletude de qualquer tática teórica, procura-se perceber as constrações possibilitantes (cf. BUTLER, 1997, p. 15) advindas de tal estratégia de territorialização categórica dos grupos privilegiados. Essa estratégia analítica corresponde a fins teóricos de uma autoria que não pretende escapar ou dissimular suas posições políticas situadas, buscando fomentar o debate teórico ligado aos movimentos sociais. Assim, este artigo traz uma interpretação teórica herdeira da “história do presente” que propõe Foucault (2017), imbricando o estudo teórico-histórico ao reconhecimento de necessidades políticas e sociais atuais, que são produzidas pelas tecnologias de dominação discursiva, entre outras tecnologias de dominação em operação.

## **5. CONCLUSÃO: DISCURSIVIDADE E INTERSECCIONALIDADE DA DOMINAÇÃO**

Este artigo pretendeu fazer um exercício teórico de interesse interseccional ao articular noções dos estudos sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade. O principal aspecto ressaltado em tais teorias foi o das *tecnologias discursivas* de produção da diferenciação populacional, aspecto político-discursivo da organização

social que prejudica as populações colonizadas, racializadas e sexualizadas. As teorias pós-estruturalistas sobre as relações de saber-poder e a produção discursiva da subjetivação podem ser apropriadas para o debate sobre a interseccionalidade dos regimes de dominação.

A metodologia interseccional, desenvolvida pelo feminismo negro, traz a importância de considerar um sistema integrado de diversos regimes de dominação. Carla Akotirene desenvolve em *O que é interseccionalidade?* a concepção de “inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo[, que] está localizada no arcabouço teórico feminista negro” (AKOTIRENE, 2018, p. 46). Segundo a autora, a categoria analítica “interseccionalidade” foi criada por Kimberlé Crenshaw em 1989 (p. 53), mas o princípio de *imbricamento das opressões* já estava sendo desenvolvido no trabalho de outras intelectuais negras, como nos anos 1980 nas obras de Lélia Gonzalez e de Angela Davis (p. 29), e já nos discursos de Sojourner Truth nos anos 1850, como anteriormente citado.

A autora salienta que a metodologia interseccional buscava valorizar a perspectiva das mulheres negras, “cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista” (p. 13). A partir da percepção de que os regimes de dominação interseccionados afetam prejudicialmente as mulheres negras, é possível reconhecer que essa organização política interseccional afeta toda a sociedade, organizando e distribuindo também as posições de privilégio social e epistêmico. Assim, Akotirene afirma a importância histórica e atual de reconhecer o imbricamento político e funcional desses diferentes regimes de dominação: “Necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade” (p. 46).

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado \_ produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo *cruzamento e sobreposição* de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (...) Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Assim, como coloca também Anne McClintock (2010), teorias sobre a socialidade que considerem apenas separadamente o classismo, o colonialismo, a racialidade ou a sexualidade, estão vulneráveis a apresentarem insuficiências epistêmicas e incapacidades de afecção social. O classismo, a colonialidade, a racialidade e a sexualidade são sistemas de classificação social que operam conjuntamente, distribuindo localizações sociais diferenciadas orientadas por diversos códigos “de uma vez”. O feminismo negro atentou para essa inextricabilidade do racismo e do sexismo pois baseia-se nas experiências de vida das mulheres negras, que sofrem consequências precarizantes orientadas pelos dois regimes de dominação. No entanto, todas as secções sociais são condicionadas por esse regime interseccionado de produção e organização dos corpos e das subjetividades: os homens brancos, por exemplo, também são afetados pelos regimes de diferenciação social, que produzem seus privilégios.

A metodologia interseccional no campo teórico também pode ser desenvolvida a partir da análise e comparação de teorias sociais que levam em conta apenas um ou alguns dos códigos ordenadores sociais. Os estudos que abordam apenas o colonialismo, ou o racismo, ou o sexismo, apesar de possuírem escopo “menor”, produzem valiosas contribuições à teoria social e à militância dos grupos precarizados e subalternizados. Porém, o principal problema desses estudos seccionais é a possibilidade de reproduzir as opressões que não problematizam. Assim, a ainda atual hegemonia das teorias economicistas e institucionalistas nos estudos sociais é danosa por não levar em conta nem os aspectos interseccionais, nem os aspectos das múltiplas relações de poder apontados pelo pós-estruturalismo; isso promove concepções até mesmo ingênuas sobre o funcionamento das relações de dominação, por negligenciar diversos campos políticos de suas operações, naturalizando-os.

Assim, pretendi resgatar noções teóricas pós-estruturalistas, mostrando sua capacidade de articularem-se aos estudos sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade. A teoria pós-estruturalista não só pode ser útil a essas teorias e movimentos sociais, como já exerce historicamente influências sobre algumas de suas formulações, como nos trabalhos de Said, Mbembe e Butler. A noção de afecção social dos discursos hegemônicos, apresentada nessas correntes, é ainda pouco explorada nos movimentos acadêmicos e sociais, sendo coibida e combatida por

movimentos ortodoxos. No entanto, o tema da discursividade da dominação mostra-se deveras produtivo para um entendimento mais amplo e profundo das relações sociais hierárquicas e exploratórias. A desnaturalização das formações de saber, dos discursos tomados como verdadeiros e das identidades sociais é fundamental para não reproduzir as estruturas narrativas das dominações hegemônicas.

Trazendo os debates foucaultianos sobre a micropolítica e o saber-poder para uma perspectiva interseccional, é possível estabelecer comparações entre estudos seccionais sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade, percebendo as continuidades estratégicas, táticas e efetivas dos regimes de dominação seccionais, entre elas, a dominação discursiva e a discursividade da dominação. Reconhecer a interseccionalidade da dominação e da precarização social e discursiva permite uma comunicação entre os estudos dos diferentes, mas imbricados, códigos ordenadores sociais.

Assim, certos entendimentos teórico-políticos explorados pelas correntes pós-coloniais podem ser apropriados, desde que mediados por um crivo social e histórico, para potencializar os estudos teóricos e as ações políticas no que tange aos temas da racialidade, da sexualidade e do gênero. Isso é percebido em certas formulações das correntes decoloniais que, por exemplo, enunciam a dominação de gênero como uma “colonialidade de gênero”, percebendo que a dominação interseccional e as dominações seccionais reproduzem operações e efeitos semelhantes às precarizações impostas por uma “colonialidade” em sentido mais específico. A teoria interseccional do feminismo negro e estudos como o de McClintock mostram como, no limite, não existe uma dominação seccional que esteja estritamente separada ou não envolvida com as outras: há sempre uma operação conjunta dos regimes político-discursivos do colonialismo, do racismo, do sexismo e do capitalismo enquanto tecnologias de subjetivação populacional e ordenação social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 (1990).



- \_\_\_\_\_. Excitable Speech: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, fevereiro de 2006. São Paulo: ANPOCS, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996 (1980).
- FOUCAULT, Michel. Las palabras y las cosas: una arqueología de las ciencias humanas. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1972 (1966).
- \_\_\_\_\_. Aulas sobre a vontade de saber. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014 (1970-1971).
- \_\_\_\_\_. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987 (1975).
- \_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (1975-1976).
- \_\_\_\_\_. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999 (1976).
- \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2017 (1979).
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. In: Os economistas: Karl Marx. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- MAUSS, Marcel. La cohesión social en las sociedades polisegmentarias. In: Sociedad y ciencias sociales – Obras III. Barcelona: Barral Editores, 1972 (1931).
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018 (2013).
- MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 (1995).
- MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.
- PRECIADO, Paul. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014a (2000).
- \_\_\_\_\_. Testo Yonqui. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- \_\_\_\_\_. Procreación políticamente asistida. Parole de queer, 15 de Maio de 2014. Disponível em: <http://paroledequeer.blogspot.com/2014/04/procreacion-politicamente-asistida-por.html>. Acesso em 02/10/2018. 2014b.
- \_\_\_\_\_. O feminismo não é um humanismo. O Povo Online, 24 de Novembro de 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/filosofiapop/2014/11/24/noticiasfilosofiapop,3352134/o-feminismo-nao-e-um-humanismo.shtml>. Acesso em 16/08/2018. 2014c.
- RIOS, Flávia. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). Sociedade e Cultura, v. 12, n. 02, julho/dezembro de 2009. Goiânia: Editora UFG, 2009.
- SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras, 1990 (1978).
- SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 (1985).